



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor da Igualdade de Gênero - 2021

1. Identificação da Reunião

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião
04/03/2021 Quinta-feira	Início	14h00	Término 16h00	Videoconferência	Juíza Ana Paula Porto

2. Objetivos da Reunião - Pauta

1. Retrospectiva das ações do Comitê;
2. Implementação de novas políticas
- 3.
- 4.

3. Participantes

	Nome	Lotação
1	Ana Paula de Azevedo Porto	Juíza Titular da 13ª VTJP
2	Gianne Soares Sampaio	GDES
3	Leônia Furtado Viana	SGP
4	Maria Tereza Pereira Lobo	SEGEPE
5	Lúcio Flávio Nunes da Silva	SEGEPE
6	Patrícia Magalhães	ACS

4. Discussão da Pauta

Assunto
<p>Aberta a reunião, a Juíza Ana Paula Porto fez uma retrospectiva acerca das reuniões e das ações do Comitê nos anos anteriores, inclusive que fora elaborada minuta de política de igualdade de gênero e levantamento da participação feminina nos comitês e cargos de gestão do TRT13, além de questionário da situação das servidoras convidadas para assumir cargos de gestão e a motivação da recusa, caso convidadas, ou se venham a ser. Falou, ainda, sobre o fato de a pandemia prejudicar a implementação das políticas anteriormente sugeridas. Propôs a discussão sobre quais políticas poderiam ser implementadas a partir de agora, pontuando a importância do apoio da AMATRA e da Presidência do Tribunal à causa de que trata o presente Comitê.</p> <p>Com a palavra, a Servidora Tereza reforçou acerca do planejamento em 2020, que não foi colocado em prática em virtude da pandemia. No tocante ao tema igualdade, propôs desenvolver um trabalho junto aos gestores, a partir da demonstração de alguns dados, para que reflitam sobre o número de mulheres nos cargos de gestão. Ponderou a Servidora que, se tem tantas mulheres na instituição, o que faz com que um percentual muito maior, 62% dos homens sejam convidados para exercer cargos de chefia, conforme se constatou após pesquisa realizada.</p>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor da Igualdade de Gênero - 2021

Com a palavra, o Servidor Lúcio sugeriu que, inicialmente, a nova composição se debruce sobre a real necessidade deste Comitê. Quais objetivos, qual abrangência, qual a intenção do comitê, para que foi criado, para, a partir daí, traçar a linha de ação do Comitê.

Após, a Juíza Ana Paula Porto pontuou que a criação do Comitê segue orientação da Resolução 255 do CNJ. E, quando se faz referência ao referido ato do CNJ, vê-se a necessidade da regulação de oportunidades quando do preenchimento de cargos de direção no âmbito do Poder Judiciário, o que não impede as tratativas no ambiente de trabalho no que toca ao respeito à igualdade de gênero. Pontuou a Magistrada que, da leitura das atas das reuniões anteriores, esse foi o aspecto trabalhado, sem prejuízo da agregação de novas temáticas em matéria de igualdade de gênero.

De posse da palavra, Tereza aduziu que, antes de desenvolver um trabalho, o grupo resolveu que seria necessário fazer uma pesquisa para saber sobre os dados com os quais estavam trabalhando. E, a partir dos dados, em virtude da pandemia, não houve tempo para se debruçar sobre os resultados obtidos e lançar propostas, o que deve ser feito agora, remotamente. Acrescentou como o resultado demonstrando que 62% dos cargos de chefia são preenchidos por homens surpreendeu o grupo. Concluiu que, no momento, em atenção à Resolução do CNJ, deve-se focar na questão da distribuição de cargos mesmo. Sugeriu promover reunião com gestores para saber se o comitê pode, de alguma forma, influenciar quanto à distribuição de cargos de gestão.

A Juíza Ana Paula leu trechos da Resolução do CNJ, concluindo que a norma versa sobre implantação de uma política nacional de incentivo de participação feminina no Poder Judiciário. Há, segundo o texto da Resolução, uma falha de representatividade feminina, propondo que os Tribunais adotem medidas capazes de assegurar a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento. Para isso, propôs a Juíza a sugestão de indicadores no Planejamento Estratégico.

Após algumas ponderações, concluiu-se pelo agendamento de outra reunião, desta feita com a presença do Assessor de Gestão Estratégica, Max Guedes, para tratar da questão relativa aos indicadores atinentes ao tema em apreço, como a indicação feminina para exercer cargos de chefia e assessoramento na Instituição, visando cumprir a Resolução do CNJ. Sem prejuízo, no entanto, de se pensar em outras ações, lançando sugestões e soluções ao Tribunal, a partir da análise de respostas lançadas em questionários.

A Juíza Ana Paula Porto citou evento que seria realizado pela AMATRA, intitulado “A Mulher e seu Lugar de Fala”, informando que já havia feito comunicado à Associação que este Comitê encampa e ratifica o projeto. Momento em que a Servidora Patricia informou que lançaria uma matéria falando sobre este Comitê e suas iniciativas, que é institucionalizado pelo Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor da Igualdade de Gênero - 2021

Com a palavra, a Servidora Patricia Magalhães propôs a criação de cartilhas pela Assessoria de Comunicação Social abordando diversas temáticas e expondo o pensamento do Tribunal a respeito de cada uma delas. Em adendo, a Juíza Ana Paula apresentou a seguinte temática, que pode fazer parte da cartilha: a mulher, por vezes, não aceita o cargo de chefia por conta das tarefas que exerce em casa, sugerindo, então, trazer à baila a discussão a respeito da distribuição dos papéis em casa entre o homem e a mulher. Na oportunidade, a Servidora Patrícia Magalhães acrescentou a questão da desigualdade salarial, sugerindo que essas pautas sejam levantadas mês a mês pelo Comitê.

A Juíza Ana Paula Porto e a Servidora Patrícia Magalhães sugeriram, ainda, diversas pautas a serem pensadas para a cartilha, a exemplo da não aceitação do homem ser subordinado a uma mulher, até nas próprias audiências, quando se trata de uma Juíza; o número de mulheres em idade reprodutiva que encontram dificuldade em entrar no mercado de trabalho; o que pode ou não pode perguntar para uma mulher quando de uma entrevista de emprego; entrevista com servidoras, questionando-a como ela se percebe como mulher no ambiente de trabalho, se existe e como lida com a discriminação.

A Servidora Patricia Magalhães propôs, ainda, parceria com a OAB, posto que a entidade é bastante atuante em questões que envolvem igualdade de gênero.

A Juíza Ana Paula pontuou as ações, por ordem de prioridade, da seguinte forma: Indicadores; análise da proposta de Resolução disciplinando a política de igualdade de gênero, que se encontra pendente na Presidência, verificando se o texto trata de indicadores e se há necessidade de acrescentar alguma questão ainda não ventilada; verificar se há algum normativo que fala sobre a participação de mulheres em Comitês e Comissões, em termos de paridade.

A Servidora Gianne lançou proposta de homenagem à Servidora Marília Arnaud, vencedora do Prêmio Kindle de Literatura, pelo Dia da Mulher. O Comitê decidiu, por unanimidade, apresentar menção honrosa à Servidora.

A Servidora Tereza, questionada sobre o questionário, aduziu que o mesmo foi aplicado com 11 perguntas, os dados foram finalizados pelo estatístico e o relatório final do Comitê de Igualdade 1/2021 do biênio foi entregue no início de 2021.

Acrescentou a servidora que, como a Resolução do CNJ trata da questão da participação feminina, constando, claramente, que no Poder Judiciário devem ser propostos diretrizes e mecanismos que auxiliem os Órgãos Judiciais a atuar no incentivo à participação das mulheres em cargos de direção e assessoramento, este deve ser o indicador principal para



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião do Comitê Gestor da Igualdade de Gênero - 2021

monitorar, por meio da AGE.

Sugeri elaborar novos questionários, de dois em dois anos, para nortear os estudos e verificar se o indicador está sendo atendido. Verificando-se que o indicador não foi atendido, partir para estudos sobre quais ações podem ser implementadas para atendimento do indicador. A proposta foi aprovada à unanimidade.

Próxima reunião marcada para quarta-feira, 10 de março de 2021, às 14h00.

A presente ata foi digitada por mim, MARIA CARDOSO BORGES, Secretária das Comissões e Comitês do TRT da 13ª Região, e vai assinada pela Juíza Ana Paula Porto e por mim.

Data da Ata	Assinatura
João Pessoa, 04 de março de 2021.	(Assinado eletronicamente) ANA PAULO DE AZEVEDO SÁ CAMPOS PORTO Juíza do Trabalho - TRT 13ª Região